

MINISTÉRIO DA DEFESA, UMA TEORIA.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,

Professor Emérito da Universidade Mackenzie e Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Ao analisar a E.C. nº 23/99, que criou o Ministério da Defesa, nos Comentários à Constituição do Brasil, em 15 volumes, que Celso Bastos e eu editamos pela Saraiva, considerei um equívoco sua instituição por tratar-se de um Ministério a ser ocupado por civis não técnicos com a função de dirigir pastas essencialmente técnicas.

A crise política que derrubou o Ministro Elcio Álvares --bom advogado e leal servidor do Presidente Fernando Henrique-- sem consistência fática ou fundamento administrativo, assim como a própria pressão do Ministério Público que sofre o novo Ministro Geraldo Quintão, também hábil advogado, e

que a exemplo de seu antecessor, não é um técnico em assuntos militares, de certa forma, confirma a desnecessária politização de uma área técnica e não política que está à disposição da Nação para auxiliar o Presidente.

O Ministro da Defesa, de longe, é o que menos entende, na cúpula do Ministério, dos assuntos pertinentes à pasta que deve administrar.

E é o mais vulnerável dos Ministros, pois desprovido de conhecimentos específicos acerca das três armas cujos comandantes chegaram a seus postos depois de árdua carreira, totalmente dedicada aos assuntos que lhes pertinem.

Tenho para mim que sua criação, entretanto, agradou a dois pólos opostos de pensamento político.

De início, agradou a esquerda, ainda traumatizada, pelos acontecimentos da Revolução de 64, que não percebeu que o

perfil do militar brasileiro de 1999 é diferente daquele de 1964.

Antes, acreditavam os membros das forças armadas que sua função era velar pela democracia e nela interferir, se desvios estivessem ocorrendo na sua condução. Daí, em face do caos provocado pelo Governo Jango, a intervenção de 64, cuja longa duração serviu também de dura lição para os dirigentes das 3 armas.

Hoje, têm os militares perfeita noção de que a democracia é feita pelos civis e que são eles que devem encontrar os caminhos corretivos dos problemas nacionais, cabendo-lhes a função de integrar a pátria e defendê-la contra as pretensões diretas e indiretas de outras nações.

Houve sensível mudança da doutrina de segurança nacional, que a esquerda brasileira ainda não percebeu, razão pela qual lutou pela redução da importância dos militares, com a criação do Ministério de Defesa e a entrega de sua direção a

civis. Tal quadro é, pois, do agrado desta corrente política brasileira.

Agradou também aos americanos, que há muito demonstravam certo descontentamento com a posição nacionalista dos militares brasileiros, na defesa do território e da soberania contra indevidas pressões dos países desenvolvidos, principalmente dos Estados Unidos.

Em dois pontos, os americanos gostariam de intervir na soberania brasileira, ou seja, no combate ao narcotráfico, pretendendo que essa luta fosse dirigida por eles e não por nós, e, ainda, no controle da Amazônia, a título de preservação ambiental, em face da pretensa incapacidade brasileira de preservar esta vastidão florestal, por falta de recursos.

Nitidamente, tais formas de intervenção teriam que ser negociadas –embora depois de Kosovo e da destruição das “fábricas de armas químicas”, do Sudão, que inexistiam, tudo seja possível, para os políticos americanos--, o que não

seria fácil junto aqueles que têm como missão a proteção do território nacional.

A “Folha” publicou, no início do ano, entrevista com autoridade dos Estados Unidos encarregada de combate ao narcotráfico, em que critica os dirigentes brasileiros por não deixarem invadir seu território como fizeram na Colômbia, declarando que isto poderia prejudicar possível colaboração econômica maior dos Estados Unidos para o Brasil.

Em 1991 participei de Seminário na Alemanha, com Roberto Campos e Francisco Rezek, em que o tema ambiental foi tratado, como se a Amazônia não fosse brasileira, mas do mundo, o que exigiu duras intervenções dos três sobre o conceito de soberania e a impossibilidade de qualquer solução não negociada de apoio à preservação ambiental.

Ora, no momento em que o Brasil é mais dependente do controle externo, subordinado a dura política de recuperação monetária e controle do FMI, os temas parecem voltar à baila.

À evidência, a luta dos Ministros Militares de intransigente defesa da soberania e de rejeição à teoria americana de “direito de ingerência”, torna-se mais frágil quando perdem eles o status de Ministros para serem, apenas, comandantes subordinados a um Ministro de Defesa Civil de poucos conhecimentos sobre problemas militares.

Tenho para mim que a criação do Ministério de Defesa foi um equívoco, que agradou à esquerda e aos Estados Unidos, pois atingiu o objetivo de ambos de enfraquecer a força dos militares brasileiros, cujo perfil atual é diferente daquele de 30 anos atrás.